ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A.

CNPJ nº 14.929.924/0001-81

Relatório da Administração

Aos acionistas: A Administração da ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2013, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários. **A Companhia:** A ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A. tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica e a participação em outras sociedades ou empreendimentos na qualidade de quotista ou acionista, parceiro em joint venture ou membro de consórcio, observados os limites do seu objeto social. **Sistema de transmissão:** O sistema da ETSE integrará a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia - MME. **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB, e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's). Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais

31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

Ativo		31/12/13	31/12/12
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.935	53
Impostos a recuperar	6	318	–
Adiantamento a fornecedores	7	–	7.009
Outras contas a receber		7	–
		6.260	**7.062**
Não circulante			
Contas a receber ativo financeiro	8	70.318	4.369
Intangíveis		1	1
		70.319	**4.370**
Total do ativo		**76.579**	**11.432**

Passivo		31/12/13	31/12/12
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	8.872	–
Fornecedores		3.307	56
Tributos e contribuições sociais a recolher	10	286	9
Outras contas a pagar		572	7
		13.037	**72**
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	2.136	124
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	9.120
		2.136	**9.244**
Patrimônio líquido			
Capital social		60.893	2.161
Reservas de lucro		513	–
Lucro/prejuízo líquido acumulado		–	(45)
Total do patrimônio líquido	**11**	**61.406**	**2.116**
Total do passivo e patrimônio líquido		**76.579**	**11.432**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

		31/12/13	31/12/12
Receita operacional líquida	14	**65.949**	**4.369**
Custo operacional			
Custo de desenvolvimento de infraestrutura		(63.379)	(4.290)
Lucro bruto		**2.570**	**79**
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		**2.570**	**79**
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		**2.570**	**79**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	(2.012)	(124)
Lucro/Prejuízo do exercício		**558**	**(45)**
Lucro/Prejuízo por ação - R$	12	**0,01**	**(0,16)**
Quantidade de ações ao final do exercício (Lote de mil)		**60.893**	**2.161**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Fluxo de Caixa

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	31/12/13	31/12/12
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	2.570	79
	2.570	**79**
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber ativo financeiro	(65.949)	(4.369)
Impostos a recuperar	(318)	–
Adiantamentos a fornecedores	7.009	(7.009)
Devedores diversos	(7)	–
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	3.251	56
Tributos e contribuições sociais pagos	277	9
Credores diversos	565	7
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(52.602)**	**(11.227)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações no intangível	–	(1)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**–**	**(1)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	49.612	2.161
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	9.120
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	8.872	–
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	**58.484**	**11.281**
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	**5.882**	**53**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	53	–
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5.935	53
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	**5.882**	**53**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

		Capital social	Reserva de retenção de lucros	Lucros/prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011		–	–	–	–	–
Aumento de capital		2.161	–	–	–	2.161
Prejuízo do exercício		–	–	(45)	–	(45)
Saldos em 31 de dezembro de 2012		**2.161**	**–**	**(45)**	**–**	**2.116**
Aumento de capital		58.732	–	–	–	58.732
Lucro do exercício		–	–	558	–	558
Destinação proposta à AGO						
Reserva de lucro do exercício		–	513	(513)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2013	11	**60.893**	**513**	**–**	**–**	**61.406**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	31/12/13	31/12/12
Lucro do exercício	**558**	**(45)**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**558**	**(45)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Transmissão Serrana S.A. (a "Companhia" ou "ETSE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 28 de dezembro de 2011 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Tenente Negrão, 166 - 6º andar - Sala J - São Paulo - SP. A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Contrato de concessão

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
006/12	30	2042	15.784	IPCA

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL 1.559/2013. Acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R$ 16.382. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica. A Companhia opera exclusivamente no segmento de transmissão de energia elétrica.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão destas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela diretoria em 26 de fevereiro de 2014. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 compreendem a demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico, como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros ativos e passivos, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.2. Base de preparação e apresentação:** Todos os valores apresentados nestas demonstrações estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações contábeis, seguros e meio ambiente, não foram cobertos pelo escopo de trabalho de nossos auditores independentes. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. 3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. 3.1.2. Investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários e investimentos de curto prazo estão classificados como Valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não teve nenhuma operação registrada no curto prazo e não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que devesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido. 3.1.3. Contas a receber - ativo financeiro: De acordo com a ICPC 01 (R1), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão resultando na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como "recebíveis" e registrado ao valor justo. As contas a receber - ativos financeiros incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. 3.1.4. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros: Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. 3.1.5. Baixa de ativos financeiros: A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebi dos na transação. **3.2. Provisão para redução ao provável valor da realização dos ativos:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. **3.3. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação. 3.3.1. Provisões para litígios: Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.4. Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade. Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: • Empréstimos e financiamentos: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos e financiamentos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. • Fornecedores: incluem obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios. **3.5. Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6. Tributação:** 3.6.1. Impostos sobre a receita de transmissão: As receitas de transmissão estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. 3.6.2. Correntes: A companhia está sob o regime de tributação pelo lucro presumido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado. 3.6.3. Diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **3.7. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas. **3.8. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante:** Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante. **3.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos. **3.10. Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado. 3.10.1. Receita de transmissão de Energia Elétrica: A ETSE reconhece a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a ICPC 01 (R1). O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, será realizada (recebida/auferida) a partir da disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não dependerá da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema. As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em: • Receitas de desenvolvimento de infraestrutura; • Receitas de remuneração dos ativos da concessão. E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em: • Receitas de operação e manutenção; • Receitas de remuneração dos ativos da concessão. **3.11. Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Para o cálculo do resultado diluído por ação, o lucro é ajustado para refletir o resultado que decorreria caso eventuais instrumentos conversíveis fossem convertidos. A Companhia não possui instrumentos que pudessem gerar diluição. **3.12. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adotou premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. 3.12.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu

continua →

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizado para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. 3.12.2. Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes. O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. 3.12.3. Valor justo de instrumentos financeiros: O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. 3.12.4. Provisão para litígios: A Companhia reconhece provisão para causas ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas, quando na opinião de seus assessores legais, a probabilidade de perda é provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente. 3.12.5. Contabilização de contratos de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro. 3.12.6. Momento de reconhecimento do ativo financeiro: A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação de desenvolvimento de infraestrutura não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento do desenvolvimento de infraestrutura, com contrapartida de ativo financeiro. 3.12.7. Determinação da receita de remuneração do ativo financeiro e da taxa efetiva de juros: A receita de remuneração do ativo financeiro corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, sobre o valor do investimento. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento. 3.12.8. Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura: A ETSE abrangida pelo escopo do ICPC 01 (R1) registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (R1) e CPC 30 (R1). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado. Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura. 3.12.9. Determinação das receitas de operação e manutenção: Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato. **3.13. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4. PRONUNCIAMENTOS QUE ENTRARAM EM VIGOR EM 2013

Os pronunciamentos contábeis CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 36 (R3), CPC 45, CPC 46, passaram a vigorar em períodos iniciados após 01 de janeiro de 2013. Contudo, não causaram nenhum impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/13	31/12/12
Caixa	2	–
Bancos - depósitos à vista	34	53
Aplicações financeiras	5.899	–
	5.935	53

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 98,50% do CDI em 31 de dezembro de 2013, possuem liquidez imediata, vencimento na data do balanço patrimonial é igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e não possuem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/13	31/12/12
Imposto de renda retido na fonte	318	–
	318	–

7. ADIANTAMENTOS A FORNECEDOR

Como prática comercial e financeira a empresa adianta valores aos fornecedores baseada nas medições indicadas pelo avanço das obras devidamente certificadas pela sua área técnica. Em 31 de dezembro de 2012 a companhia registrou um saldo de R$ 7.009, esses valores foram baixados após a emissão dos respectivos documentos fiscais.

8. CONTAS A RECEBER - ATIVO FINANCEIRO

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da ETSE é, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: a) Parte através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos e foi determinada conforme demonstrado a seguir: • Movimentação do ativo financeiro da concessão:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	–
Receita de Remuneração dos ativos da concessão	79
Receita de infraestrutura	4.290
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**4.369**
Receita de Remuneração dos ativos da concessão	2.570
Receita de infraestrutura	63.379
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	**70.318**

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/13		
	Circulante		
	Encargos	Principal	Total
Itaú	22	8.850	8.872
	22	8.850	8.872

Em dezembro de 2013 a companhia captou o total de R$ 8.850, os encargos correspondentes a CDI acrescido de juros de 1,05% ao ano. A quitação ocorre em uma única parcela, com vencimento em fevereiro de 2014.

10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	31/12/13	31/12/12
Passivo circulante		
Imposto Retido na Fonte - IRRF	6	4
ISS - serviço de terceiros	148	–
ICMS	2	–
Outros	130	5
	286	9
Passivo não circulante		
IRPJ e CSLL Diferidos (a)	2.136	124

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem substancialmente do reconhecimento dos efeitos da adoção da ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício. A companhia está sob o regime de tributação pelo lucro presumido.

Saldo em 31 de dezembro de 2011	–
Imposto diferido reconhecido no resultado	124
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**124**
Imposto diferido reconhecido no resultado	2.012
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	**2.136**

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital social: O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2013 é de R$ 60.893 representado por 60.893.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Quantidade de ações		
	Integralizadas	% do capital	
	Ordinárias	Votante	Total
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia	60.892.999	99,999998%	99,999998%
Membros do Conselho de Administração	1	0,000002%	0,000002%
	60.893.000	100,000000%	100,000000%

No 1º semestre de 2013 a controladora ECTE, aportou o montante de R$ 58.732, aumentando o capital social da ETSE de R$ 2.161 em 31 de dezembro de 2012 para R$ 60.893 em 31 de dezembro de 2013. **11.2. Reserva de Lucro:** 11.2.1. Reserva de retenção de lucros: Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. A administração da Companhia entende que tal parcela do lucro deve ser retida.

12. RESULTADO POR AÇÃO

	31/12/13	31/12/12
Numerador		
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	558	(45)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias	44.783	283
Lucro por ação		
Resultado básico e diluído por ação ordinária	**0,01**	**(0,16)**

13. PARTES RELACIONADAS

Em 2013 a Companhia manteve saldos em adiantamentos com Alusa Engenharia no total de R$ 4.491 referentes a prestação de serviços na infraestrutura.

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	31/12/13	31/12/12
Receita operacional bruta	**65.949**	**4.369**
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	63.379	4.290
Remuneração dos ativos da concessão	2.570	79
Receita operacional líquida	**65.949**	**4.369**

Em 2013 a Companhia obteve receita anual permitida - RAP no montante de R$ 4.838.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. a) Empréstimos e financiamentos: O valor contábil dos empréstimos e financiamentos tem suas taxas atreladas á variação do CDI e se aproxima do valor de mercado. b) Gerenciamento de riscos: Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados: (i) Risco de taxas de juros - A atualização dos contratos de financiamento está vinculada á variação do CDI; (ii) A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. c) Hierarquia do valor justo: A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: *Nível I* - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; *Nível II* - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e *Nível III* - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não ocorreram transferências entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa, como Nível II as contas a receber - ativo financeiro. d) Valor justo: As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes: Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de concessionárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale-transporte, vale-refeição e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria.

O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

17. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia havia contratado fornecimentos de equipamentos, materiais e serviços no montante aproximado de R$ 136.600, ou seja, 98% do empreendimento (R$ 118.800 em 31 de dezembro de 2012). O investimento realizado totaliza aproximadamente R$ 62.505 (R$ 11.200 em 31 de dezembro de 2012).

A Diretoria

Contador: Claudio Luiz Pinto de Barros - CRC 1SP195071/O-4

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A. -** Examinamos as demonstrações contábeis da ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A. ("Companhia"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB,* assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ETSE - Empresa de Transmissão Serrana S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2014

EY
Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti
Contador CRC - 1SP144343/O-3
Rita de C.S. de Freitas
Contadora CRC - 1SP214160/O-5